



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

JASSIARA PEREIRA MARQUES PRADO

**A EDUCAÇÃO JESUÍTICA: CONSOLIDAÇÃO DOS COLÉGIOS
(1570-1759)**

**SALVADOR
2008**

JASSIARA PEREIRA MARQUES PRADO

**A EDUCAÇÃO JESUÍTICA: CONSOLIDAÇÃO DOS COLÉGIOS
(1570-1759)**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação-Universidade Federal da Bahia, como requisito para a conclusão do Curso de Pedagogia sob a orientação da Professora Lúcia Maria da Franca Rocha.

Salvador
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

JASSIARA PEREIRA MARQUES PRADO

A EDUCAÇÃO JESUÍTICA: CONSOLIDAÇÃO DOS COLÉGIOS (1570-1579)

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação-
Universidade Federal da Bahia, como requisito para a conclusão do Curso de
Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Lúcia Maria da Franca Rocha - Orientadora _____

Doutora em História e Filosofia da Educação, Universidade Católica de São Paulo.
Universidade Federal da Bahia

Maria Regina Filgueiras Antoniazzi _____

Doutora em Sociologia, Universidade Federal da Bahia-UFBA.
Universidade Federal da Bahia

Sara Martha Dick _____

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia-UFBA.
Universidade Federal da Bahia

**SALVADOR
2008**

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória acadêmica foi marcada por grandes batalhas e conquistas significativas. E para que este trabalho se tornasse realidade tive o apoio de várias pessoas que contribuíram de forma objetiva e subjetiva. Assim, neste momento não poderia deixar de compartilhar a minha alegria, agradecendo a

Deus por iluminar meus caminhos em todos os momentos

Meus pais pelo carinho e dedicação

Meu marido e minha filha que caminharam ao meu lado com muito amor em todos os momentos de alegria, de angústia; constituindo uma força para concretizar o meu trabalho.

Aos meus irmãos pelos conselhos e amizade sincera

Aos meus sogros pela compreensão

Aos meus amigos pelo carinho e incentivo

A minha professora e orientadora Dra. Lúcia Maria da Franca Rocha que pacientemente me conduziu com segurança e comprometimento neste trabalho

A todos vocês, o meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho monográfico realiza um estudo sobre a educação colonial, especificamente, o período da consolidação dos Colégios Jesuíticos (1570-1759), salientando a atuação dos Jesuítas para criar e colocar em funcionamento suas instituições educacionais. A Companhia de Jesus, criada por Santo Inácio de Loyola tinha a preocupação em manter a hegemonia católica através dos colégios, assim organizaram o Ratio Studiorum, documento que traduz o método pedagógico a ser utilizado em todos os colégios, independentemente dos lugares onde estavam instalados. Na Bahia, os jesuítas fundaram o Colégio de Jesus da Baía, o primeiro a ser construído na cidade de Salvador.

PALAVRAS-CHAVE: educação, jesuítas, colégios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1-COMPANHIA DE JESUS.....	9
1.1- RATIO STUDIORUM: MÉTODO PEDAGAGÓGICO DOS JESUÍTAS.....	14
2- CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA.....	23
3- COLÉGIO DE JESUS DA BAÍA.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para a monografia de conclusão do curso não foi fácil. Inicialmente, pensei em realizar um estudo sobre os castigos escolares, mas me deparei com a dificuldade de encontrar trabalhos que tratassem desse tema. Diante desse fato, tive que fazer uma outra escolha, resolvi fazer um trabalho voltado para a história da educação.

Quando cursei a disciplina História da Educação brasileira no 2º semestre do curso de Pedagogia da UFBA, os textos, discussões, promovidos durante as aulas dessa disciplina despertaram em mim uma vontade de estudar mais sobre a educação dos jesuítas. A escolha deste tema partiu da necessidade de entender como iniciou o processo educacional, durante o período colonial, realizado pelos jesuítas.

Durante a realização do curso de História da Educação li alguns textos sobre o sentido da história e comecei a perceber que se distanciava daquela história que estudei no ensino fundamental e médio, marcada pela memorização de fatos e datas. Esses textos deixavam claro que a história é o processo de transformação das sociedades humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo. A história faz parte do nosso cotidiano, tudo o que o homem vivencia, experimenta tem uma historicidade, ou seja, possui um sentido histórico. Por isso a importância de estudar história, para que possamos nos conhecer melhor e permitir a compreensão da vida em sociedade e dos homens que dela fazem parte. Assim a função da história, sempre foi a de fornecer à sociedade uma explicação dos acontecimentos realizados pelos homens.

Procurei estudar a educação dos jesuítas quando chegaram ao Brasil, ou seja, os primórdios da história da educação brasileira, que teve como sujeitos históricos, os jesuítas que receberam missão da Metrópole - Portugal; colonizar a terra conquistada.

Os jesuítas permaneceram no Brasil Colônia por um longo período, dois séculos e tive que delimitar o período do meu estudo. Escolhi me dedicar ao período em que eles expandiram seus colégios de ensino secundário denominado período de

consolidação (1570-1759) assim denominado pelo autor Luís Alves de Matos. Além da definição do período, surgiram algumas perguntas que pretendo respondê-las ao longo do trabalho: Os jesuítas pertenciam à Companhia de Jesus, qual sua missão? Por que os colégios foram implantados e qual a orientação da sua proposta pedagógica? Qual a clientela dos colégios? Quais as práticas educacionais utilizadas nos colégios?

A metodologia do trabalho foi desenvolvida da seguinte forma: realizei uma pesquisa bibliográfica, procedi à leitura, fichamentos dos livros pertinentes para o desenvolvimento do trabalho, que tem como objetivo central compreender como os jesuítas atuaram nos colégios de ensino secundário no Brasil Colônia.

A monografia encontra-se organizada em três capítulos. No primeiro capítulo aborda o papel da Companhia de Jesus e o seu método pedagógico - Ratio Studiorum. O segundo capítulo trata da criação dos colégios jesuítas no Brasil Colônia. O terceiro e último capítulo refere-se sobre a criação e funcionamento do Colégio de Jesus da Baía.

Por fim, traço algumas considerações e destaco as referências utilizadas no decorrer do trabalho.

1-COMPANHIA DE JESUS

Durante um período de pouco mais de dois séculos, 1549-1759, os jesuítas deram uma contribuição para o processo de colonização do Brasil.

Chegaram ao Brasil em meados do século XVI para realizar “a premissa medieval do primado da fé difundida pela Igreja e pela coroa portuguesa” (HILSDORF, 2007, p.5) e nesse momento, os interesses político-religiosos se sobrepõem aos interesses econômicos do lucro. Significa que a atuação dos inicianos estava voltada para o povoamento, a colonização vai acontecer no momento em que a cristandade se rompe.

(...) com o predomínio dos valores econômicos do lucro mercantil sobre os valores políticos religiosos da posse, ou seja, quando os cristão-novos que realizavam o tráfico escravo chegam ao poder, controlando a Coroa portuguesa e instalando o escravismo, a ordem social dos senhores e escravos (...) (Hilsdorf, 2007, p.5).

Nessa perspectiva, o sentido do povoamento foi desvirtuado, ocorrendo à separação entre as esferas do religioso e do econômico.

No momento em que ocorrem as duas reformas religiosas, a católica e a protestante, os colégios foram instituições fundamentais como “instrumentos de propaganda e controle da ortodoxia doutrinária das respectivas igrejas” (HILSDORF, 2006, p.69).

Os colégios fundados pelos católicos foram impulsionados pelo Concílio de Trento (1545-1563) e o principal responsável foi a Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio Loyola. Para uma melhor compreensão sobre a criação dos colégios jesuítos cabe tratar sobre a Companhia de Jesus, uma vez que Inácio de Loyola seu fundador teve uma forte atuação na fundação dessas instituições Católicas.

No século XVI, a religião católica vinha sendo fortemente abalada pelo protestantismo, conforme assinala Cambi:

Nos primeiros decênios do século XVI, os fermentos de renovação religiosa, que por diversas vezes agitaram o mundo da cristandade a partir do século XIII, explodem com toda a sua carga rompedora, dando lugar a um movimento de reforma político-religiosa

comumente conhecida pelo nome de Reforma Protestante. (1999, p.246).

Este século foi marcado por um intenso movimento de reforma religiosa conhecida por Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero na Alemanha. Este criticava a Igreja por estar mais envolvida com os assuntos políticos e econômicos do que religiosos. Para aumentar ainda mais suas riquezas, a Igreja recorria a qualquer subterfúgio, como, por exemplo, a venda de cargos eclesiásticos, venda de relíquias e, principalmente, a venda das famosas indulgências, que foram a causa imediata da crítica de Lutero. O papado garantia que cada cristão pecador podia comprar o perdão da Igreja

Para responder aos desafios da reforma luterana, o Papa Paulo III convoca Concílio Ecumênico para promover uma renovação urgente dentro da própria Igreja. Tratava-se do Concílio Trento (1545-1563). Entre as decisões tomadas constam que a fundação de escolas era um ponto fundamental uma vez que “o ensino é um dos meios necessário para ajudar os homens a alcançarem o fim para o qual foram criados” (GILES, 1987, p.137). Mas a Igreja não podia restringir-se a criar escolas. Era importante promover um movimento de reforma amplo e o instrumento foi a fundação em 1539, da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola (1491-1556) e reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540.

A Igreja Romana, a partir do Concílio de Trento, adquiriu uma consciência da sua função educativa e “dá vida a um significativo florescimento de congregações religiosas destinadas de maneira específica a atividades de formação não só dos eclesiásticos, mas (...) de jovens descendentes dos grupos dirigentes” (CAMBI, 1999, p.256). Nesse sentido, as congregações pós-tridentinas vão desempenhar um papel importante, dentre elas a dos jesuítas, com o objetivo de fundar colégios para formar os jovens dos grupos dirigentes, elaborando programas de estudo para alcançar seu objetivo.

Os Jesuítas foram a ordem religiosa que colocou em prática, de forma coerente, os princípios da Contra-Reforma, desenvolvendo um sistema de instrução que se afirma de “maneira expansiva em escala mundial lançam os fundamentos da escola moderna” (CAMBI, 1989, p.260). A Igreja se preocupou em organizar instituições específicas e práticas ético-religiosas, principalmente para a juventude através de

normas rigorosas de comportamento, objetivando a obediência e submissão à autoridade.

O fundador dessa ordem religiosa foi Santo Inácio de Loyola, militar espanhol, pertencente a uma família nobre. Loyola era um fidalgo nascido por volta de 1491, no castelo de Loyola, no país Basco, e foi educado como cavaleiro na corte de Espanha. Costumava dizer: “Foi homem entregue às vaidades do mundo; deleitava-se principalmente no exercício de armas, com grande e vão desejo de ganhar honra.” (CARACTERÍSTICAS...,1998,p.83). Com o interesse de ficar famoso, participou de uma batalha para defender Pamplona, cidade fronteiriça, atacada pelos franceses, mas foi ferido por uma bala que lhe quebrou a perna.

Durante o período de convalescença, Inácio realizou leituras, dentre elas, sobre a vida de Cristo, a vida dos Santos, leituras que lhe influenciaram bastante, resolvendo tornar-se um verdadeiro soldado de Cristo. Inácio e alguns seguidores viveram peregrinando pelo mundo, passando o tempo em orações e anotando todas as suas experiências num caderno. Inicialmente essas anotações eram para uso pessoal, mas depois se transformou em um livrinho que passou a se chamar de Exercícios Espirituais. Nas palavras de Leite (1938, p.4): “Os Exercícios Espirituais são um pequeno livro, donde deriva toda espiritualidade própria da Companhia de Jesus”.

Engajados no serviço fiel de Cristo, que Loyola e os companheiros foram recebidos pelo Papa Paulo III. Assim, a Companhia foi formalmente aprovada em 1540, da qual Inácio foi escolhido o primeiro superior geral Jesuíta. Inácio acreditava que a resposta ao chamado de Cristo somente se concretiza na Igreja católica e é através dela que Cristo está sacramentalmente presente no mundo. Tanto Loyola quanto os seus seguidores colocaram a Companhia de Jesus a serviço do Vigário de Cristo (como chamavam o Papa), para ir a qualquer lugar, onde este achasse necessário divulgar a ação missionária dos Jesuítas.

Com a aprovação do Papa III, a Companhia de Jesus foi fundada para dedicar-se à propagação missionária da fé, através de pregações públicas, dos exercícios espirituais e obras de caridade; também realizar uma formação cristã das crianças e ignorantes por meio de confissões.

Hilsdorf complementa esse pensamento ao enfatizar:

... que os Jesuítas são a ordem religiosa exemplar do século XVI, marcada por uma aguda consciência da dimensão social e ativa da Igreja. Diferentemente das ordens monásticas medievais que eram receptivas, acolhedoras, passivas em relação aos novos adeptos, e com suas unidades autônomas (os mosteiros e abadias) representavam na Igreja a força dos poderes locais, os Jesuítas são ativos, missionários, vão ao encontro de novos fiéis, fazem catequese e se põem a serviço do Papado, para reforçar a centralização institucional e a unidade doutrinária da Igreja Católica, que estava sendo definidas no Concílio de Trento (1545-63) (HILSDORF,2007, p.4).

Nesse sentido, os jesuítas estavam dedicados a uma missão, a um projeto da Igreja que era o de propagar a fé católica, no momento em que estava sendo ameaçada, contestada pela Reforma protestante. Fundando instituições educacionais, perceberam que a educação além de promover um meio de desenvolvimento humano e espiritual era uma arma eficiente para defesa da fé atacada pelos reformadores protestantes. Assim, o número de colégios começou a crescer rapidamente. Antes da morte de Inácio em 1556, este já havia aprovado a criação de 40 colégios católicos.

Com intuito de se moverem pelo mundo para alcançar o objetivo missionário e educacional, os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, juntamente com o primeiro governador Tomé de Souza. Liderados pelo Padre Manuel da Nóbrega, este levou consigo mais cinco da Companhia: Padre Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcrista Navarros, e os irmãos que depois se ordenaram: Vicente Rodrigues e Diogo Jácomo.

A atuação dos jesuítas durante o período de 1549-70 é marcada pelas características missionárias, o que Hilsdorf (2007) denomina “missionarismo heróico”, época em que vão viver nas aldeias com os índios, adotar seus costumes procurando apagar as culturas indígenas, não reconhecendo as diferenças entre a cultura do homem branco e da indígena. “Assim, a Companhia de Jesus escolheu as crianças indígenas como papel branco, a cera virgem, em que tanto se desejava escrever; e inscrever-se”. (CHAMBOULEYRON, 1999, p.58). Os jesuítas querem “tornar o outro, o não-cristão - seja indígena, seja infiel ou herege, em cristão, para tornar os homens mais possíveis iguais” (HILSDORF, 2007, p.4). Esse momento marca sua atuação como missionários voltados para a catequese. Contudo, no momento em que sentem que suas ações tornam-se problemáticas, os jesuítas

desenvolvem outras práticas para alcançar seus objetivos. A educação foi o aspecto mais importante para a Igreja, uma vez que foi a forma de afirmar a doutrina do catecismo da contra-reforma.

O elemento mais importante da pedagogia da Contra-Reforma foi dar nova vida às instituições escolares vinculadas ao modelo de colégio sob a forma de internato e aos currículos que foram vinculados à tradição pedagógica do humanismo.

Nesse sentido, a Companhia criou inúmeros colégios para religiosos, depois para leigos em grande parte da Europa e do mundo e se tornaram importantes veículos para elaborar uma forma da cultura mais próxima dos princípios da Igreja Católica. Na medida em que os colégios foram se expandindo, os jesuítas sentiram a necessidade de dar uma organização mais coerente e unitária aos programas de ensino, surgindo o documento Ratio Studiorum.

1.1- RATIO STUDIORUM: MÉTODO PEDAGÓGICO DOS JESUÍTAS

A coroa portuguesa estabeleceu no ano de 1564 um plano da redízima. Este plano seria uma forma de arrecadação dos impostos, para serem destinadas à manutenção dos colégios jesuíticos. Mattos (1958), ao realizar uma comparação com os dois períodos, o heróico e da consolidação dos colégios, chegou a uma evidente conclusão: o período de consolidação subsequente ao período heróico reflete uma condição material muito mais significativa.

Tomando os aspectos da alimentação; vestuário e calçado; remédios e assistência hospitalar; viagens por terra; viagens por mar; colégios e casas da Companhia de Jesus; e estudo. Em todos esses aspectos ressalta o contraste entre as dificuldades e privações enfrentadas na primeira fase e as dificuldades e confronto usufruídos na segunda. (SAVIANI, 2007, p.49-50).

Nessa fase de prosperidade da missão jesuítica no Brasil, a Companhia de Jesus elabora um plano de estudo que visava ser implantados em todos os colégios existentes em todo mundo, e que ficou conhecido pelo nome de Ratio Studiorum.

É interessante assinalar que a criação de colégios, para estudantes que não pertenciam à congregação, não estava nos planos iniciais de Inácio de Loyola, contudo em 1540 essas instituições começaram a surgir. Franca (1952) enfatiza que Inácio não demorou em perceber a necessidade de implantação dos colégios como um meio eficaz para a renovação cristã e assim as escolas começaram a surgir já na década de 1540.

O surgimento dos primeiros colégios foram o de Messina (1548) e Palermo (1549), os pioneiros e em 1551 foi criado o Colégio Romano, modelo de instituições congêneres espalhados pelo mundo.

A orientação utilizada nestes primeiros colégios seguia o modelo de Paris, o *modus parisiensis*, pois era o preferido de Inácio Loyola ao método *modus italicus*. A respeito disso Franca (1952) enfatiza: “Em matéria de repetições, disputas, composições, interrogações e declamações, o método adotado e seguido foi deliberadamente o de Paris, o *modus parisiensis*, que aparece constante e freqüente na correspondência destes tempos primitivos” (FRANCA, 1952, p. 8).

O *modus italicus* era um método muito utilizado na região Italiana e esteve presente ao longo da Idade Média.

Caracterizava-se por não seguir um programa estruturado e nem vincular a assistência dos discípulos a determinada disciplina. Eles podiam passar de uma outra disciplina sem necessidade de preencher qualquer tipo de pré-requisito. (SAVIANI,2007,p.50)

Esse método foi sendo substituído pelo *modus parisiensis*, já no início do século XVI. Foi assim nomeado por ter sido desenvolvido na capital francesa. Saviani (2007) comenta que o *modus parisiensis* distingue-se do *modus italicus* por se constituírem um método mais estruturado, no qual ocorria à divisão dos estudantes por classe e esta divisão levava em consideração a idade de cada um e seu nível de instrução. O programa ministrado era composto por conhecimentos proporcionais à capacidade intelectual dos alunos e havia a presença de um professor para cada turma.

Os exercícios escolares tinham como objetivo mobilizar, no processo de aprendizagem as faculdades do aluno. Baseando-se na escolástica, o *modus parisiensis* tinha como pilares a *lectio*, isto é, a preleção dos assuntos que deviam ser estudados, o que podia ser feito literalmente por meio de leitura; a *disputatio*, que se destinava ao exame das *questiones* suscitadas pela *lectio*; e as *repetitiones*, nas quais os alunos, geralmente em pequenos grupos, repetiam as lições explanadas pelo professor diante dele ou de um aluno mais adiantado. (SAVIANI, 2007, p.52).

Pode-se dizer que os *modus parisiensis* constitui a origem da organização do ensino que veio estabelecer a escola moderna no que diz respeito, aos edifícios adequados, classes homogêneas, níveis de escolarização organizando as séries e os programas transmitidos por um professor determinado.

Os jesuítas assimilaram o *modus parisiensis* e o adotaram no primeiro colégio fundado em 1548 e o confirmaram no Ratio Studiorum, que orientou todos os colégios jesuíticos.

Foram diversas as iniciativas para normatizar o funcionamento dos colégios por meio de regras comuns. Em 1584, o padre Cláudio Aquaviva criou uma comissão para elaborar a primeira versão do Ratio. Somente em 1591, o trabalho se completou e foi um código de regras encaminhado para todos os colégios para ser colocado em

prática, mas em caráter experimental. Finalmente, a versão definitiva do Ratio foi publicada em 1599.

Os colégios dos jesuítas se multiplicaram em ritmo acelerado, embora Santo Inácio, em 1553 advertia sobre a necessidade de não se aceitar com precipitação novas instituições educativas, bem como as da Companhia.

Mas as necessidades prementes da Igreja, na época agitada da contra-reforma, as solicitações instantes de autoridades eclesiásticas e civis, os êxitos inconstetavelmente obtidos e o entusiasmo de uma expansão juvenil passaram, não raro, por cima das restrições ditadas pela prudência dos superiores. (FRANCA, 1952, p.13).

A Companhia de Jesus no século XVI contava com 293 colégios sob a direção dos jesuítas, sendo 37 deles no ultramar. Muitas dessas instituições tornaram-se importantes centros de cultura humanística para a região. Estabeleceu que onde houvesse casas e colégios deviam ser administrativamente dividida em províncias. Franca (1952) aborda que a ordem de Loyola possui uma administração que foi dividida em províncias e circunscrições territoriais, que abrangiam várias casas e colégios instalados em um território de uma nação.

Já que existiam essas divisões, foi evidente que em cada província foram designadas pessoas para desempenhar funções variadas nos colégios instalados. À frente de cada província encontrava-se um Provincial, com as funções de nomear o Prefeito de Estudos e de Disciplina, de cuidar da formação de bons professores, de desenvolver e divulgar os estudos na sua província e de fiscalizar as normas traçadas pelo Ratio Studiorum, objetivando uma correta utilização.

Existia também a figura do Reitor, que segundo Franca (1952, p.46) “é a figura central do colégio”. Este distribuía os ofícios, convocava e dirigia as reuniões dos professores e estava à frente das grandes solenidades escolares. Exercia a função em seu colégio de autoridade mais alta, estando apenas subordinado na província pelo provincial, e fora dela pelo Geral que o nomeava. Ao lado do Reitor, existia o cargo de Prefeito de Estudos, que acompanhava de perto toda a vida escolar do aluno, além de visitar periodicamente as aulas para aconselhar os professores, caso precisassem assegurar a continuidade da educação.

O Ratio Studiorum possui regras a ser seguidas nos colégios jesuíticos. Sobre isto Saviani (2007, p.54) expõe um total de 467 regras, assim distribuídas:

- A) Regras do provincial, em número de 40.
- B) Regras do reitor (24)
- C) Regras do Prefeito de estudos superiores (30)
- D) Regras comuns a todos os professores das faculdades superiores (20)
- e) Regras particulares dos professores das faculdades superiores, num total de 49, assim distribuídas: a) Regras do professor de escritura (20); b) Regras do professor de hebreu (5); c) Regras do professor de teologia (14); d) Regras do professor de teologia moral, isto é de casos de consciência (10).
- f) Regras dos professores de filosofia, num total de 27, a saber: a) regras do professor de filosofia (20); b) Regras do professor de filosofia moral (4); Regras do professor de matemática (3).
- g) Regras do prefeito de estudos inferiores (50)
- h) Regras dos exames escritos (11)
- I) Normas para distribuição de prêmios (13)
- j) Regras comuns aos professores de classes inferiores (50)
- L) Regras particulares dos professores das classes inferiores (59): a) regras do professor de retórica (20); b) regras do professor de humanidades (10); c) regras do professor de gramática superior (10); d) regras do professor de gramática media (10); regras do professor de gramática inferior(9)
- M) Regras dos estudantes da companhia (11)
- N) Regras dos que repetem a teologia (14)
- O) Regras do bedel (7)
- P) Regras dos estudantes externos (15)
- Q) Regras das academias, num total de 47, assim distribuídas: a) Regras gerais (12); b) Regras do prefeito (5); c) Regras da Academia de Teologia e Filosofia (11); d) Regras do prefeito da Academia dos teólogos e filósofos (4); e) Regras da Academia de retórica e f) Regras da Academia dos Gramáticos (8).

As Regras deviam ser seguidas sem contestação por todas as pessoas vinculadas ao ensino, seguindo as suas funções. Ao comentar sobre o plano, Saviani salienta que

O plano foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias (SAVIANI, 2007, p.55)

Por se tratar de um plano composto de um conjunto de regras abrangendo todas as atividades de ensino, é relevante compreender algumas regras que direcionavam cada um.

Na regra do provincial, Franca (1952) descreve a função do Prefeito Geral dos Estudos como assistente do Reitor para ajudá-lo na boa ordenação dos estudos, devendo obedecer a ele os professores e todos os escolásticos, não só aqueles que vivem nos colégios, mas também os que residem nos internatos de alunos e também os prefeitos de estudos que pertencem a esses seminários. O Prefeito de Estudo cabia cumprir trinta regras, dentre elas aquela de ouvir, observar os professores:

De quando em quando, ao menos uma vez por mês, assista às aulas dos professores; leia também, por vezes, os apontamentos dos alunos. Se observar ou ouvir de outrem alguma coisa que mereça advertência, uma vez averiguada, chame a atenção do professor com delicadeza e afabilidade, e, se for mister leve tudo ao conhecimento do P. Reitor (FRANCA, 1952, p.140-141)

Ao analisar as atividades desenvolvidas pelas autoridades de ensino, Saviani (2007) comenta que no Ratio Studiorum explicita-se a idéia de supervisão educacional. Há um destaque da função de supervisão em relação às demais funções educativas, exercida por um agente específico, o prefeito de estudos.

Este destaque da função supervisora com a explicitação da idéia de supervisão educacional é indicio da organicidade do plano pedagógico dos jesuítas, o que permite falar, ainda que de forma aproximada, que se tratava de um sistema educacional propriamente dito. (SAVIANI, 2007, p. 56).

Outro item importante e que merece destaque diz respeito às regras gerais dos professores. A regra 6 refere-se a evitar novidades de opiniões, conforme assinala Franca (1952):

Evite a novidade de opiniões. Ainda em assuntos que não apresentem perigo algum para a fé e a piedade, ninguém introduza questões novas em matéria de certa importância, nem opiniões não abonadas por nenhum autor idôneo, sem consultar os superiores;

nem ensine coisa alguma contra os princípios fundamentais dos doutores e o sentir comum das escolas. Sigam todos de preferência os mestres aprovados e as doutrinas que, pela experiência dos anos, são mais adotadas nas escolas católicas. (FRANCA, 1952, p. 145).

Entende-se com isso que os colégios organizados com estrutura hierárquica, os professores não podiam levantar questões novas sem consultar seus superiores. O professor possuía ao seu lado uma figura, o bedel, que obedecia fielmente ao professor, zelava para que o local das aulas estivesse sempre limpo e não houvesse insuficiência de assentos. Na sua relação com alunos, caso observasse que alguns não estavam comparecendo às lições, às repetições, às disputas ou deixavam de cumprir seus deveres em relação ao estudo ou à disciplina, levava ao conhecimento do superior.

As relações dos alunos com os seus superiores eram bastante rígidas:

Estudar de conformidade com a direção do Superior. – Siga cada um a faculdade e ouça os professores que lhe assinar o superior; observem todos com empenho o horário e método de estudos prescritos pelo Prefeito ou Professor e não utilizem outros livros além dos que forem dados pelo mesmo Prefeito. (FRANCA, 1952, p.215).

Nos colégios a vida estudantil se baseava na obediência total e as regras deviam ser cumpridas igualmente por todos os alunos em qualquer parte do mundo, pois tratava-se de um plano universalista.

Também aos alunos eram destinadas algumas normas sobre determinadas questões; sobre a prova escrita e a distribuição de prêmios. Franca (1952) salienta que alguns cuidados eram necessários para que tudo transcorresse bem durante o período das aplicações das provas e da distribuição dos prêmios. Os alunos, ao se prepararem para as provas, deviam levar os livros em uma grande quantidade para escrever, com o objetivo de não pedir coisa alguma a outro aluno no momento da prova, não devendo em momento algum, sentarem juntos, porque se acontecesse duas composições com conteúdo idênticos ou semelhantes, as duas seriam consideradas suspeitas por não ser possível identificar aquele que copiou do outro.

Com relação à distribuição de prêmios Franca (1952) diz:

Para a classe de Retórica haverá oito prêmios: dois para prosa latina, dois para poesia; dois para prosa grega e outros tantos para poesia. Para a classe de Humanidades e a primeira classe de gramática haverá seis prêmios, na mesma ordem, omitindo-se a poesia grega

que, de regra, não ocorre abaixo da Retórica. Para todas as outras classes inferiores, quatro prêmios, omitindo-se também a poesia latina. Além disto dê-se também, em todas as classes, um prêmio ao aluno ou aos dois que melhor houverem aprendido a doutrina cristã. Conforme o número, grande ou pequeno, dos estudantes, poderão distribuir-se mais ou menos prêmios, contanto que se considere sempre mais importante o de prosa latina. (FRANCA, 1952, p.178).

A forma de julgamento deve privilegiar o aluno que escreveu com clareza e coerência de acordo com as normas estabelecidas. No caso de empate quanto ao estilo, o escolhido era o aluno que escreveu bem, ortografia correta e boa caligrafia.

Por se tratar de um plano de estudo, o Ratio tinha “caráter universalista e elitista” (SAVIANI, 2007, p. 56). Universalista por ser adotado por todos os jesuítas, em qualquer lugar que estivessem e elitista por se destinar a educação aos filhos dos colonos, excluindo os índios, porque os colégios dos jesuítas se transformaram em instrumento de formação da elite colonial. Em razão disso, no plano de Nóbrega, o aprendizado de português e escola de ler e escrever foram abandonados.

O novo plano iniciava com um currículo humanista, correspondendo ao atual curso de nível médio e recebia o nome no Ratio Studiorum de estudos inferiores. Este currículo possuía cinco classes ou disciplinas: Retórica, Humanidades, Gramática Superior, Gramática Média e Gramática Inferior.

A importância dada a esse currículo baseava-se em um período que exaltava o humanismo, a formação plena do homem. Nas palavras de Franca: “O nome de humanidades, foi dado a estes estudos porque transforma os que a eles se dedicam em homens educados, afáveis, lhanos, acessíveis e tratáveis; tornar mais homem: eis o alvo a que mirava todo o trabalho educativo”. (1952, p.82)

Mas, a formação dos jesuítas não se restringia apenas a isso. Saviani (2007) expõe que em seguida ao currículo humanista vinham os cursos de filosofia e teologias, denominados de estudos superiores. O currículo filosófico tinha uma duração de três anos e compreendia as seguintes disciplinas: 1º ano: lógica e introdução às ciências; 2º ano: cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: psicologia, metafísica e filosofia moral. O currículo teológico era previsto uma duração de 4 anos, estudava-se teologia escolástica durante 4 anos, dois professores, cada um exercendo sua função com 4 horas semanais ; teologia moral, por 2 anos, dois professores com

atividades diárias ou um professor com duas horas por dia ;Sagrada Escritura também por 2 anos com aulas diárias; e língua hebraica por 1 ano, com aulas de duas horas semanais.

Os cursos de teologia e filosofia eram destinados e limitados à formação de padres catequistas, conforme Saviani (2007) na prática, o currículo que se organizou no período colonial para atender a todos os estudantes matriculados nos colégios com uma educação mais ampla foi o curso de humanidades (estudos inferiores), com duração de seis a sete anos. Com um conteúdo de Trivium utilizado na Idade Média, ou seja, a gramática (quatro a cinco séries); esta era dividida em gramática inferior, média, e superior, sendo que a inferior e a média era subdivididas em duas; a gramática tinha o objetivo de desenvolver uma expressão clara e exata. A dialética é denominada no Ratio Studiorum de humanidades, com uma série, e objetivava tornar a expressão rica e elegante. A retórica tinha objetivo desenvolver uma expressão poderosa e convincente. Nesses cursos existiam as disciplinas de latim e grego que eram as mais importantes, subordinando a elas, a língua vernácula, a história e a geografia.

Sobre isso Franca complementa: “O latim e o grego são disciplinas dominantes. As outras, o vernáculo, a história, a geografia, (...) não têm um estatuto autônomo, são ensinadas concomitante na leitura, versão e comentários dos autores clássicos.” (1952, p. 49) que no ensino obedece a uma seleção e graduação.

Esse código de ensino orientou toda a organização e atividades dos numerosos colégios criados e dirigidos pela Companhia de Jesus. Nas palavras de Saviani: “Essas instituições multiplicaram-se rapidamente, chegando a um total de 728 casas de ensino em 1750, nove anos antes da expulsão dos jesuítas do Brasil e dos demais domínios portugueses, e 23 anos antes da supressão da ordem pelo Papa Clemente XIV.” (2007, p.57)

O Padre Leonel Franca, que traduziu o Ratio Studiorum, afirma que este plano pedagógico obteve sucesso em todos os lugares onde existiam colégios. A obra educativa dos Jesuítas, sem dúvida, foi uma forte arma da contra reforma católica e formou grandes intelectuais, dentre eles, Descartes, Molière, Montesquieu, Rousseau, Diderot, Antônio Vieira.

Saviani (2007), ao analisar as idéias pedagógicas do Ratio, afirma que essas idéias foram conhecidas na modernidade como pedagogia tradicional. Essa concepção pedagógica põe em evidência a visão essencialista do homem que é uma essência imutável e universal, cabendo à educação moldar cada aluno, cada educando a essa essência universal e ideal. “Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina” (p.58).

Esta concepção no Ratio Studiorum sobre o ideário pedagógico tem na sua base o tomismo. Esta corrente segundo Franca (1952), faz uma articulação entre as idéias filosóficas de Aristóteles e a fé cristã, no qual este trabalho foi sistematizado pelo Filósofo e Teólogo medieval Tomás de Aquino, nome que derivou a corrente citada. O professor de filosofia devia sempre enaltecer Aristóteles, conforme salienta Franca: “Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles.” (1952, p.159). “De Santo Tomás, fale sempre com respeito; seguindo de boa vontade todas as vezes que possível” (idem, p.159).

A orientação indicada pelos jesuítas predominou no ensino brasileiro por aproximadamente dois séculos, isto é até 1759, quando ocorreu a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias pelo Marques de Pombal, que era Ministro do rei Dom José I.

2- CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA

Estudar os colégios no período colonial significa olhar para essa instituição a partir da época e do seu contexto social, quer dizer que essas instituições têm um sentido típico em cada época e em cada contexto social. Assim, Paiva salienta:

Há que se buscar na história portuguesa e no seu desdobramento em terras brasílicas o lugar que a escola ocupou na organização social. (...) assumo a escola como um dado da cultura portuguesa colonial e procuro lê-la em seu contexto, na tentativa de entender a explicação que isso se dá. (2000, p.43).

Essa afirmação de Paiva é importante, porque a elaboração do trabalho histórico requer que se faça um esforço de entender os colégios dos jesuítas no seu tempo, no período colonial e não à luz da experiência atual.

A criação desses colégios ocorreu de forma bastante diferenciada e no Brasil colônia, o surgimento dessas primeiras instituições ocorreu com dificuldades.

Na Bahia, sede administrativa da Companhia, o famoso colégio foi fundado após vários percalços. (...) Em São Vicente, muito se fez graças à doação dos bens do morador português Pero Correa, aos meninos órfãos quando decidiu entrar para a Companhia de Jesus em 1550. Tomé de Souza, que doara uma parcela de terra e com autorização de Lisboa, fundava-se(...) uma confraria que se chamaria Colégio dos Meninos de Jesus. (CHAMBOULEYRON,1999,P.76).

Ao tratar do lugar da educação escolar, optei por percorrer o período de 1570-1759 “caracterizado pelo mundo dos colégios” (HILSDORF, 2007, p.6).

A definição desse marco, não impede de realizar breve comentário sobre a chegada dos jesuítas no Brasil e suas ações voltadas para a catequese, porque nessa época eles criaram casas ou recolhimentos onde desenvolviam atividades educacionais e posteriormente foram transformados em colégios. Cabe salientar que apesar da denominação, não eram propriamente colégios como os jesuítas fundavam na Europa, mas uma instituição eclesiástica, confraria e outros de caráter civil para cuidar dos órfãos.

No ano de 1549, quando os primeiros jesuítas desembarcaram no Brasil, o Padre Manuel da Nóbrega, junto com os seus companheiros, começaram a visitar as

aldeias indígenas, para mostrar-lhes o reino de Deus. “Nessa fase a divulgação da doutrina cristã - a catequese - se fazia por contato e aproximação, forma tradicional de aproximação com visitas, “saudações lacrimosas”, mímicas...” (HILSDORF, 2007, p.7). Uma forma de aproximação, para que os índios fossem se familiarizando com as práticas jesuíticas. Para instruí-los costumavam aplicar o seguinte método: com um interprete, convidavam os índios a ler e a escrever e nessa oportunidade ensinavam a doutrina cristã com mímicas, sermões, discursos e presentes.

Não demorou muito para que houvesse resistência por parte dos índios. Hilsdorf (2007) salienta que os jesuítas percebendo as resistências indígenas, mudaram a maneira de vê-los. Os índios eram identificados agora como: feras bravas, bocas infernais e maliciosos. Diante disso, os padres percebem que catequizar através da aproximação e do convencimento não surtia efeitos permanentes, isto é, não ocorria a aculturação e a conversão da forma desejada. Resolveram, assim, usar uma outra estratégia, que primeiramente, foi a eliminação da cultura indígena, e em seguida os ensinamentos da doutrina.

Segundo Hilsdorf (2007), os jesuítas começaram a mudar a suas práticas, com o propósito de maiores conversões, eliminando o trabalho por contato e convencimento e utilizando os aldeamentos de adultos e os recolhimentos de crianças, ou seja, a missão estava sendo organizada, segundo formas institucionais. Assim foram criadas na Bahia, as casas de meninos, um empreendimento mais sólido, que o trabalho por convencimento e aproximação. Aí Nóbrega elaborou um programa que incluía um aprendizado oral do português e do contar, do cantar, do tocar flauta, do catecismo e da doutrina cristã.

Apesar das mudanças das práticas jesuíticas, eles não deixaram de acrescentar na rotina indígena, uma imposição da cultura católica e européia, fato que pode ser observado nas leituras de Bresciani (1999), ao ressaltar o encontro do Padre Manuel com um feiticeiro de uma tribo indígena. Aquele perguntou ao feiticeiro se ele se comunicava com Deus, o criador do céu ou da terra ou com o demônio; o índio respondeu que nasceu e permanece Deus. O Padre revoltado, o convenceu em voz alta, diante de vários índios ali presentes; o feiticeiro confuso acabou confessando que tudo era falso, se tornando cristão em seguida. A imposição cultural também foi objeto de comentário por Azevedo (1996):

A cultura indígena, não somente quanto à língua, mas a espontaneidade e variedade de suas formas se foram lentamente substituindo, no raio de influência dos missionários, por um outro tipo de cultura, de acordo com os ideais dos jesuítas, e sua concepção de vida e do mundo, idêntica para todos os povos (AZEVEDO 1996, p. 501).

Os jesuítas neste aspecto executaram suas funções como agentes europeus, que desintegraram os valores nativos. Conseqüentemente, as práticas catequéticas tiveram limitações, pois para se verem livres dos jesuítas e dos colonos, os índios fugiam, despovoando os aldeamentos e os recolhimentos e enfraquecendo o trabalho de catequese. O resultado dessas práticas realizada com os índios, “a homogeneização da aldeia ocasionou a perda da sua identidade cultural e o desaparecimento ou marginalização dessas populações vencidas (...).” (HILSDORF, 2007).

Os recolhimentos ou casas dos meninos e os aldeamentos começaram a ser questionados pelos dirigentes da Companhia, principalmente as confrarias que tinham bens próprios, gado, escravos, terra e seus dirigentes eram locais e seu controle escapava do controle centralizado da ordem jesuítica no mundo europeu. Essa medida foi o início de uma crise com relação aos trabalhos missionários dos jesuítas. O trabalho com as crianças indígenas foi desestimulado:

Nóbrega foi desencorajado pela Companhia segundo a posição de pauperização franciscanizante dos novos dirigentes Luis Grã e Diogo Mirão, os quais, depois da morte de Inácio de Loyola em 1556, reorientaram a Companhia para acertar o encargo espiritual da confissão das crianças e não mais o seu sustento nos recolhimentos, que dependia da posse de bens materiais. (HILSDORF, 2007, p.8).

Diante dessa realidade, os jesuítas abrem uma outra frente de atividades, a criação dos colégios para os filhos dos colonos. Essa atividade já vinha sendo desenvolvida na Europa pela Companhia de Jesus com os colégios de ensino secundário e universidade. No ano de 1555, em Coimbra, os jesuítas controlavam o Colégio de Artes Humanísticas que preparava para o ingresso na universidade.

Os Colégios se instalaram pelas principais vilas da colônia e foram viabilizados porque

Em troca dessa tarefa de educar os meninos brancos, a coroa já dominada pela burguesia mercantil, ofereceu para o sustento da ação missionária nessas instituições o recurso de redízima, uma taxa

arrecadada (geralmente em espécie, ou seja, açúcar) sobre 10% das dízimas que recolhia. (idem, ibdem).

Os padrões de redízima, no século XVI, foram destinadas inicialmente, para as casas da Bahia (1564), Rio de Janeiro(1568) e Olinda(1576) que transformaram-se em colégios para ministrar o ensino secundário de humanidades, gratuito para a clientela letrada, como ocorria na Europa.

Com relação ao ingresso nessas instituições de ensino, juridicamente elas estavam abertos a todos, contudo, na prática, os jesuítas acolhiam os alunos brancos, recusando os mestiços, mamelucos e índios com a desculpa de que o objetivo da instituição era formar os padres da Companhia. Sobre essa recusa, Ribeiro nos informa que nos colégios ocorreram problemas com os mestiços, as denominadas Questões dos Moços Pardos que surgiu “da proibição por parte dos jesuítas, da matrícula e freqüência de mestiços por “serem muitos e provocarem arruaças.” Como eram escolas públicas pelos subsídios que recebiam foram obrigados a readmiti-los” (1989, p.26).

Quanto ao plano de estudo realizado nos colégios de ensino secundário; Hilsdorf (2007) comenta que essas instituições ofereciam aos seus alunos um plano de aula definido pelo Ratio Studiorum (método educacional jesuítico), de 1559. Estes planos seguiam as mesmas programações de outras instituições dirigidas pela Companhia de Jesus em algumas partes do mundo, segundo padrões “humanísticos-tridentinos” dos séculos XVI e XVII. Um colégio modelar oferecia aulas de gramática latina, humanidades, retórica e filosofia com uma gradação, se os alunos cumprissem sem interrupções após um período de 8 a 9 anos eram encaminhados à formação do letrado. Costumavam ler nos colégios da colônia, no final do século XVI, as mesmas obras de autores utilizadas no colégio de Évora “obras de Cícero, César, A arte da Gramática Latina do padre Manuel Álvares a Arte da Retórica do Padre Cipriano Soares”(HILSDORF,2007, p.9) dentre outros. Caso, algum aluno sentisse dificuldade de entender a língua portuguesa, pois no período colonial, o Tupi era a língua falada no cotidiano de uma grande maioria, abria-se aulas de leitura, escrita e de contar em português. Assim, o colégio jesuítico cumpria a missão de preservar a cultura portuguesa. O colégio modelava o estudante para “desempenhar, no futuro, o papel de vigilante cultural, de forma que a prática, mesmo desviante, pudesse ser recuperada.” (PAIVA, 2000,p.49).

Neves, ao abordar sobre o ensino ministrado nos colégios, afirma que nessas instituições:

“(...) depois do ensino elementar: ler, escrever e contar tinham o curso chamado de Letras Humanas que compreendia Gramática, Retórica, Poesia e História”. A língua estudada era o latim, não se estudou grego ou hebreu (...) (1978, p.142).

Assim, expressa a importância que se dava ao aprendizado do latim e sua utilização ocorria com o intuito de fazer os exercícios nos dias de aula. O português era usado apenas nos recreios e feriados e o “tupi parece ter sido matéria de estudo para fora, para o uso externo, ou quando no colégio se fazia irremediável ao entendimento de certas situações.” (NEVES, 1978, p. 142).

As formas pedagógicas tinham uma duração rigorosa. Aos sábados, entre os estudantes havia as disputas, quando cada um mostrava maior conhecimento do tema que era indicado. “(A importância da *oratória* aí é patente, muitas vezes ganhando a disputa aquele que melhor se houve verbalmente, o que teve respostas consideradas mais prontas e mais brilhantes) (...)” (NEVES, 1978, p.143). Na didática inaciana, a oratória tem um lugar de destaque tanto na leitura realizada pelo professor, portanto na audição, quanto na repetição metódica e adequada que são formas ideais de acumulação do conhecimento. Os livros didáticos que eram adotados, um para cada disciplina, dificilmente eram mudados.

Ainda sobre as práticas de dominação cultural utilizadas pelos jesuítas nos colégios, Neves (1978) comentam que eram muito mais rígidas do que as realizadas nas aldeias. Aplicava nos meninos brancos uma disciplina que abrangia repreensões, privações de recreios, reclusões e castigos corporais. As penas disciplinares eram feitas intensamente. Castigava-se moralmente pelas repreensões, pela ausência do lazer, através da reclusão, pela dor física, realizada pelos castigos físicos. É interessante salientar que os castigos físicos não eram aplicados pelos jesuítas, pois existia a função de um corretor, que executava as penas, e do reitor, responsável em autorizá-la. “Nossos padres parecem antes políticos do que pedagogos; relações corpo-a-corpo não são sua área - não a negam, mas não a executam”. (NEVES, 1978, p.151).

Para aculturar seus alunos nos colégios, os jesuítas utilizavam “as formas de tradição, da repetição, da disciplina rigorosa com castigos físicos da reclusão da repressão e da exclusão” (HILSDORF, 2007, p.9).

É interessante salientar, que a ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas de pensamento, contra o pensamento crítico. Contudo, não se pode negar o vasto sistema de educação que foi se formando, crescendo gradualmente com o domínio português no território brasileiro.

A formação intelectual oferecida pelos jesuítas é a formação da elite colonial marcada pela rigidez de pensamento. Essa formação privilegia o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, distanciando os alunos dos problemas relativos à realidade e distinguindo-os da maioria da população que era escrava e iletrada, alimentando a idéia de que o mundo civilizado era o modelo a ser seguido (RIBEIRO, 1989). Consequentemente, os letrados rejeitavam a maioria da população, exercendo sobre ela uma intensa dominação.

No momento da expulsão dos jesuítas (1759), a ordem possuía vários estabelecimentos e sua quantidade varia segundo alguns autores. Ribeiro (1989) nos informa que para Tito Lívio Ferreira os colégios eram em número de vinte, seminários doze, um colégio e um Recolhimento para o sexo feminino.

Para Fernando de Azevedo eram 36 missões, 36 residências e 17 seminários e colégios, sem registrar os seminários menores e as escolas de ler e escrever.

3- COLÉGIO DE JESUS DA BAÍA

A história do Colégio de Jesus da Baía é uma continuação do Colégio dos Meninos de Jesus que assim se denominou no ano de 1551, pois sua construção ocorreu no final de 1549, quando os jesuítas aqui chegaram e já estavam no processo inicial da catequese.

Essa escola, inicialmente, funcionou no arraial do Pereira, porque a cidade da Bahia não havia sido fundada, sendo construída uma casa para recolher e ensinar os meninos índios e os cristãos. Inicialmente, era um externato, passando a internato. Começava assim a fase dos recolhimentos de instrução e catequese de acordo com o regulamento de 17 de dezembro de 1548. (MATTOS, 1958)

Assim os jesuítas criaram a primeira escola de ler e escrever, que passou a denominar-se Colégio dos Meninos de Jesus, tornando-se juridicamente uma entidade “Confraria dos Meninos de Jesus,” com um reconhecimento civil e eclesiástico. Nesse sentido Nóbrega tratou de organizá-la:

Ordenei a confraria do Menino Jesus e lhe entreguei todo o temporal para a sustentação e serviço desta casa. Há dois mordomos e um provedor. “Ela tem toda gente que serve a esta casa, para que fiquemos livres de inconvenientes e somente nos ocupemos do espiritual, ensinando e doutrinando os meninos.” (MATTOS, 1958,p.50 apud Nóbrega, 1556, p. 45-46).

Nóbrega deixa muito claro a organização da Confraria, pois evidencia que em relação aos ensinamentos da doutrina cristã quem direcionava eram os missionários da Companhia de Jesus, deixando o cargo de administradores os dois mordomos e um provedor, com a missão de cuidar e defender os interesses temporais da Confraria dos Meninos.

As acomodações do colégio da Baía não estavam dando conta para suportar o aumento de pensionistas com a chegada do novo grupo, que constituíam vinte órfãos de Lisboa. Foram assim, redistribuídos com os sete primeiros órfãos que aqui chegaram, pelos três colégios existentes da colônia: Bahia, Espírito Santo e São Vicente.

As matrículas abrangiam uma pequena quantidade de estudantes e desde o início da construção do colégio, no ano de 1549, o número não ultrapassava vinte e cinco internos, contando os órfãos, índios e mamelucos. A seleção era para os melhores, conforme comentário de Nóbrega:

Eu não pretendia recolher nas casas senão os de maiores habilidades para lhes ensinar também latim e, depois de desbastados aqui um pouco, poderem em Espanha aprenderem letras e virtudes, para voltarem depois homens de confiança. (MATTOS, 1958, p.51 apud Nóbrega 1549,p.108).

Assim, a educação dos jesuítas tinha a característica de escolher aqueles de maiores habilidades ou conhecimentos. Os alunos externos que freqüentavam essa instituição eram os filhos dos colonos portugueses para aprender a ler e escrever. Em relação a suas vestimentas, estes e os órfãos viviam vestidos, enquanto os curumins andavam nus, exceto quando freqüentavam a capela e participavam de procissões. Possuíam todo um uniforme branco, que mais parecia camisolão branco, quando participavam das solenidades sacras. Aos poucos era introduzida a cultura européia nos nativos, com as vestimentas.

Os estudantes praticavam exercícios de natação, pesca, atividades de ler, escrever e os ensinamentos da doutrina cristã. Conforme Mattos (1958), em seguida a essas atividades, os curumins indígenas, órfãos e mamelucos se iniciavam aos rigores da disciplina, flagelando-se com freqüência na capela do colégio. A disciplina era uma forma de comportamento importante, era praticada nas sextas feiras do ano, na Santa Quaresma, depois no dia de Corpus Christi até a Assunção de Nossa Senhora.

No ano de 1552, o Colégio dos Meninos de Jesus da Baía já era considerado um centro de jovens catequistas, e pelos ensinamentos cristãos e os exemplos da auto-flagelação, difundia a fé católica e a piedade cristã para os índios e para os colonos portugueses. (MATTOS, 1958).

A crise no Colégio da Baía iniciou no momento em que os índios e os mamelucos apresentaram resistências aos métodos aplicados pelos novos missionários enviados de Portugal. Estes começaram a introduzir no colégio, o regime da palmatória, um regime milenar usado na Metrópole e em toda a Europa. Mattos sobre esse episódio comenta que “os pequenos indígenas, antes tão dóceis e fáceis

de manejar, estranhavam tão insólito procedimento; respondiam à violência com o abandono do colégio e desafiavam as ameaças com negativismo petulante.” (1958, p.56).

Se a resistência foi perceptível com a chegada dos novos missionários para a regência do colégio, os alunos sentiram com a transferência de Salvador Rodrigues para Antonio Blasqués que não conseguiu adaptar os índios e mamelucos aos seus métodos mais agressivos. A esse respeito Mattos (1958) cita um conceito de Nóbrega em 1557: “Antonio Blasqués é virtuoso, posto que ainda mal mortificado em algumas cousas.” (MATTOS, 1958, p. 57 apud Nóbrega, 1557 p.72).

O temperamento de Antonio Blasqués não foi o único motivo para o fechamento temporário do colégio. Outras questões estavam em jogo contra a manutenção da instituição, certamente a falta de recursos e a nova orientação da Companhia de Jesus.

Com relação à construção inicial do Colégio da Baía, era uma casa de taipa coberta de palha que dada às condições precárias duraram em torno de dois, três anos. Leite (1938) comenta que os jesuítas fizeram apelo para que as dotações reais chegassem no sentido de reorganizar o Colégio e assim o concluir.

Entrou assim numa fase de grande actividade, tanto mais que os edifícios existentes ameaçavam ruína, por serem de taipa. Além da igreja, obras de Mem de Sá edificaram-se, de novo, ou remodelaram-se antigas habitações. Em 1568, tinha-se já construído uma aula grande para os cursos de casos e latinidade; e, para os estudantes, um pátio pequeno, mas suficiente com diversas dependências, uma das quais fazia de igreja (...). (1938, p.50-51).

Houve assim um momento de avanço nas construções do Colégio, mas os Padres se defrontaram com outras dificuldades, por exemplo, os mercadores, responsáveis em vender matérias de construção, queriam aproveitar das circunstancias para exigir preços altíssimos, tanto com que diz respeito a materiais como também pela mão de obra. Em 1575, os Padres recorreram a El-Rei, lembrando da sua promessa de fundador do Colégio. Com isso, El-Rei autorizou que todas as autoridades da Bahia ficassem atentas para que vendessem todos os materiais necessários para a obra do Colégio da Companhia de Jesus. El-Rei envia outro alvará ao governador Luiz de Brito e Almeida, fazendo as recomendações:

Facilite aos Padres a aquisição das terras, em que se há-de fundar o Colégio da Baía, mandando-as avaliar pelo seu justo preço, adquirindo-as para o Colégio. Quanto a uma serventia ou rua pública, El-Rei pede à Câmara, se não causar muito prejuízo, que haja por bem cedê-la para o Colégio sair perfeito, como convém. (LEITE, 1938, p.52).

Diante de tantas ajudas vindas da coroa, a edificação do Colégio tomou impulso, pois D. João III ordenou ao governador do Brasil que se aplicasse nas obras do Colégio “metade do dinheiro das comutações dos degredados...” (LEITE, 1938, p.53). Contudo foram quase vinte anos para a conclusão da edificação do Colégio, que foi inaugurado em 1590-1591.

Segundo Leite, os documentos da época relatam algumas fases da construção, seus progressos e vicissitudes. Em 1581, estava sendo erguida a parte da claustro e era virada para o sul. Em 1583, concluía-se a claustro com bons quartos, a enfermaria, e a capela interior, reservada aos irmãos.

(...) de 31 de dezembro de 1583, o Colégio novo tem, nesta data, o claustro de pedra e cal, e, na parte leste, fica a igreja e a sacristia; a do sul tem por cima a capela e a enfermaria de boa grandura, por debaixo, dispensa e adega. O lanço do poente tem 19 quartos: nove por cima e dez por baixo, sobre o mar, com mais três janelas grandes, que fazem cruz nos corredores. Ao nordeste, ficam treze quartos, sete por cima e seis por baixo. Todos os quartos são forrados de cedro e maiores que os do Colégio de Coimbra. Os portais são de cantaria e o edifício é bem acomodado, mas está por acabar e falta, além disso, forrar e guarnecer os corredores. (LEITE, 1938, p.53).

A grandiosidade do Colégio da Baía foi comentada por escritores antigos de renome. A sua localização era privilegiada. Depois de algum tempo veio a se transformar no Hospital Militar e é hoje a faculdade de Medicina.

No que diz respeito aos cursos oferecidos no Colégio da Baía, Leite (1938) informa que nessas instituições devia haver, por direito, algumas aulas de ensino secundário, pelo menos Gramática ou Humanidades.

O estudo do latim teve um predomínio nos Colégios Jesuíticos. Todas as obras da antiguidade foram escritas nesta língua e os membros da Companhia a adotavam como obrigatória e os pedagogos do século XVI davam importância decisiva ao estudo do latim.

No Colégio da Baía

(...) exigia-se que os grandes exercícios escolares se escrevessem na língua do Lácio. Também se devia falar latim nos dias de aula. O português era permitido durante os recreios e nos dias feriados. (...) Procurem os superiores com toda a diligencia que nunca falem às lições públicas nem os mestres nem os estudantes de casa, dando-lhes todo o tempo e mais ajudas necessárias para as estudar.(LEITE, 1938,p.73).

Esta citação esclarece que o ensino da língua português, oferecido no curso de Letras, não foi priorizado, uma vez que o português só devia ser falado no colégio durante o recreio e nos dias feriados. Para justificar essa posição secundária da língua portuguesa, os documentos dizem que os jesuítas nunca deixaram de oferecer o curso de Letras humanas, nunca foi interrompido, sempre ministrado ou na forma de humanidades ou de Gramática.

No curso de Letras Humanas estudavam-se os clássicos, de Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. Os mais recomendados pelo Ratio Studiorum foram Cícero e Virgílio. Além desse curso, no Colégio da Baía também foram oferecidos os cursos superiores de Artes, compreendendo Filosofia e Ciências e o de Teologia que se dividia em moral, para estudar “os actos, virtudes, vícios, etc. (a célebre “lição de casos”) e em especulativa para estudar o dogma católico.” (LEITE,1938,p.77).

As aulas no Colégio da Baía inicialmente, tinham a duração de duas horas pela manhã e duas à tarde. EM 1579, desejaram acrescentar mais meia hora de estudo, pela manhã, e outra meia hora à tarde, e acabou não dando certo, porque consideravam a Bahia muito quente para ter esse prolongamento das aulas. O Padre Visitador Cristóvão de Gouveia, trouxe ordens para reorganizar os estudos em 1586: “Nas aulas de latim, escrever e artes, se gastarão duas horas e meia de manha e outro tanto à tarde. Começando no inverno as oito e no verão às sete.” (LEITE,1938,p.75).

Os estudantes dos colégios jesuítas eram divididos em duas categorias: “uns que se destinavam a letrados: professores e pregadores; outros à conversão do gentio.” (LEITE, 1938,p.82). A classificação se dava a partir do talento de cada um, sendo sempre escolhido os que mais se destacavam, bem como aqueles que tinham conhecimento da língua indígena para realizar a conversão indígena.

A disciplina era um meio coercitivo empregado na educação jesuítica. No século XVI, a disciplina colegial era muito severa. No Brasil menos que na Europa. Além das repreensões, reclusão ou privação, os castigos corporais eram empregados de acordo com a natureza da falta. No Brasil empregava-se os açoites para estudantes acima de 16 anos, como medida de disciplina escolar, e os jesuítas registraram em seus documentos os efeitos positivos dessa medida no processo educativo.

Acusaram a um estudante de qualquer falta contra o regulamento. O mestre mandou-lhe dar açoites da praxe. Pois o delinqüente colocou-se tão acima da desforra, e mostrou-se tão agradecido a quem o acusou, que o levou a sua casa e disse à mãe: “êste moço acusou-me e açoitaram-me: dê-lhe alguma coisa. E com licença da mãe, deu-lhe uns calções e um gibão de seda.” (LEITE, 1938, p.89).

Com relação aos castigos, os colégios dos jesuítas no Brasil obedeciam às ordenações da metrópole. Os estudantes eram divididos em grupo: menores, médios e grandes. Os estudantes menores recebiam o açoite, os médios apenas palmatórias e os grandes, nem palmateadas, eram repreendidos em particular e depois em público, Caso não aceitassem a repreensão e não corrigissem o erro, eram expulsos. Os alunos não podiam receber castigos corporais dos professores ou prefeitos, cabia ao Reitor indicar quais alunos podiam ser castigados e depois é que entregavam ao corretor.

Além dos castigos de natureza física, os morais eram utilizados. Leite (1938) exemplifica com um episódio que ocorreu na escola de São Paulo de Paratininga: foi solicitado a um menino aluno desta escola que fosse buscar lima doce, ele encaminhou para o quintal e escondeu algumas no buraco. José de Anchieta que estava próximo e avistou o ocorrido chamou outro estudante, solicitando que retirasse do buraco indicado as limas. Recebendo as limas Anchieta entregou-as ao menino que as escondera, dizendo-lhe: Tomas-as, são para ti, mas não furtas. O menino arrebetou-se de lágrimas e não as quis comer de vergonha.

A emulação era tida como uma força psicológica importante, como método eficiente e ativo para o processo da aprendizagem. A aula, por exemplo, era dividida em dois campos rivais, romanos e cartagineses, onde postos de comando só eram conquistados através de provas e merecimentos escolares e cada grupo possuía um estandarte representando ou indicando de que lado estava. Os prêmios eram vistos como um incentivo importante à emulação e significava para os alunos um esforço

válido no dia da premiação. Assim, os jesuítas procuravam desenvolver nos alunos a competição acirrada.

Os estudantes tinham também, dias de descanso e férias. Segundo Leite (1938) os alunos tinham na semana um dia inteiro de descanso, geralmente as quartas ou quintas-feiras. Depois que construíram casa do campo pertencente ao colégio, iam até lá e se espalhavam para o descanso. As férias anuais passavam nas aldeias ou fazendas próximas que tivessem capela ou igrejinhas. Uma das primeiras férias aconteceu em 1556, para os irmãos estudantes e para os órfãos, numa quinta feira entre o Rio Vermelho e a cidade.

Com relação à formação, preparo dos professores, Leite comenta:

Como é sabida, a formação dos professores da Companhia de Jesus é feita com demora e tempo, para se conhecerem bem as suas aptidões respectivas. Naturalmente, aplicam-se depois àquilo para que teem mais inclinação. E supõe-se que possuem, além de talento, virtude bastante para os discípulos tirarem das suas lições, juntamente com as letras costumes dignos de cristão. (1938,p.85).

Algo que merece destaque no Colégio da Baía diz respeito aos graus acadêmicos. Assim, Leite (1938) salienta que o primeiro grau de bacharel em Artes aconteceu em 1575 e foi recebido pelos primeiros alunos do curso, com o P. Gonçalo Leite. “São os primeiros graus acadêmicos que se deram na América Portuguesa: portanto, é uma data a marcar na História da Instrução luso-brasileira.” (idem,p.96)

Diante disso outros graus acadêmicos foram surgindo. Segundo Leite (1938) no ano seguinte, ou seja, em 1576 foi concedido a alguns estudantes externos e a quatro Jesuítas, com muitas festas, o grau de licenciatura. E em 1578, “conferiram-se as primeiras láureas de Mestres em Artes. Foi o acto, que revestiu pompa extraordinária, na Igreja do Colégio, com a assistência do Governador e do Bispo.” (idem, p.96).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho monográfico contribuiu de forma significativa para enriquecimento de minha formação, enquanto futura educadora, pois permitiu entender os primórdios da educação, ou seja, da educação colonial realizada pelos jesuítas, a criação dos colégios, o método utilizado nos seus colégios em especial o funcionamento do Colégio de Jesus da Baía.

Dessa forma, pude perceber que a organização e o funcionamento do Colégio dependem do contexto ao qual estão inseridos, com marcas próprias que caracterizam a época em que foram construídos. Os jesuítas tinham uma educação baseada na manutenção e expansão da fé católica, alunos e professores, deviam seguir regras impostas pelo Ratio Studiorum.

Os colégios jesuíticos formavam uma elite letrada para ocupar os postos de comando na sociedade, fato que marcou a educação brasileira, como educação elitista. Os padres Jesuítas foram os primeiros professores do Brasil, no que diz respeito à educação formal. O ensino nos Colégios foi um espaço para combater as idéias contra o protestantismo e possibilitar a difusão da cultura cristã européia.

O que também tornou interessante na elaboração deste trabalho foi perceber que esta educação mesmo fazendo parte do século XVI-XVIII ainda traz aspectos que permanecem na nossa educação, por exemplo, a educação brasileira é uma educação elitista. Também, ainda permanece uma educação intelectual e uma educação manual, com a presença dos cursos profissionalizantes, bem como os castigos, prêmios, festas escolares, emulação.

Assim é importante esclarecer que se trata de um tema de grande importância e ainda pouco estudado, deixando lacunas na história da educação brasileira. Por isso, esse estudo não finaliza aqui e pode e deve ser aprofundado muito mais.

REFERÊNCIA

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. **A Historicidade de práxis Pedagógica dos Jesuítas no Brasil Colônia: 1549-1697**. Salvador, 1993. 433p.

AZEVEDO, Fernando de. O sentido da educação colonial. In_____. **A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UNB, 1996, cap.1, p.495-542.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar história?** São Paulo: Ática, 2007.

BRESCIANI, Carlos (org.). **Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora de UNESP (FEU), 1999.

CARACTERÍSTICAS da Educação da Companhia de Jesus: Educação, S.J, Subsídios. São Paulo: Edições Loyola, 1998,4 edição.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. IN: DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

FRANCA, Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GILES, Thomas Ransam. **História de Educação**. São Paulo: EPV, 1987.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Os Jesuítas, Catequese e, Colonização. In_____. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo. Thomson Learning, 2007, cap.1, p.1-10

_____. **O aparecimento da escola moderna, uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.234p.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, Tomo I, 1938.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação: O período heróico (1549 a 1570)**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora LTDA, 1958.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. A pedagogia Institucional. In_____.**O Combate dos Soldados de Cristo na terra dos Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural**.Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1978, cap.2, p.142-153.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes d; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: autêntica, 2000.

PILETTI, Nelson et all. Os Jesuítas e a Educação da Alma. IN_____. **Historia da Educação**. São Paulo, 1990. cap.12, p.133-138.

RIBEIRO, Maria Luísa santos. **História da educação brasileira**: Organização escolar. São Paulo: autores associados, 1989.

SAVIANI, Dermeval. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou a Ratio Studiorum (1599-1759). In_____. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007, cap.3, p. 49-59.

VEIGA, Cynthia Greive. Circulação de Conhecimentos e práticas de educação no Brasil Colonial (séculos XVI a XVII). In_____. **História da Educação**. São Paulo, 2007. cap, 2,p.49-78.